

Parecer das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2023.

O Conselho Fiscal é um órgão autônomo, de atuação independente com atribuição específica observada a legislação pertinente.

Dada a natureza colegiada do órgão, o Conselho Fiscal tem Regimento com as normas para o seu funcionamento.

O Conselho é livre para decidir a melhor forma de atuação, desde que observado as leis municipais e seu Regimento Interno.

O papel do Conselho Fiscal é voltado ao acompanhamento e à fiscalização do funcionamento do FMAP, competindo aos seus membros o exame dos balanços patrimoniais, das demonstrações contábeis, dos investimentos, etc.

Diante disso, o parecer do Conselho Fiscal é o instrumento pelo qual o órgão presta contas oficialmente de suas atividades à entidade e ao Conselho Previdenciário.

Inicialmente, destacaremos alguns pontos importantes da gestão do FMAP, sempre baseados em documentos como Demonstrações Contábeis, balancetes, relatórios administrativos e do Controle Interno.

Quanto ao relatório do Controle Interno, material encontrado no sítio oficial do FMAP, <https://fmapitapira.com.br/controle-interno/>, não encontramos nenhum apontamento ou ocorrência de fato ou ato administrativo que maculasse as demonstrações contábeis.

Verificamos também que o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) - um documento fornecido pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS), do Ministério da Fazenda

(MF), que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 – tem validade até 06/05/2024.

Sobre concessões de aposentadorias, verificamos como segue:

- a) Concessões de aposentadorias em 2023: 66
- b) Concessões de pensões em 2023: 13
- c) Pensões decorrentes de segurados falecidos: 8
- d) Benefícios cessados e extintos: 25

No exercício, o FMAP possui 883 aposentadorias sendo:

- a) Aposentadorias concedidas por tempo de contribuição: 579
- b) Aposentadorias concedidas por invalidez: 87
- c) Aposentadorias concedidas por idade: 181
- d) Aposentadorias compulsórias: 34
- e) Aposentadorias Especiais: 02

No exercício, o FMAP possui 270 pensões e 30 benefícios iminentes em 31/12/2023.

A partir deste momento, partiremos às análises financeiras.

Começando pelos Investimentos, o patrimônio inicial em 01/01/2023 era de R\$ 125.392.770,73 e no final do exercício está no valor de R\$ 153.406.024,01, representando uma evolução de R\$ 28.013.253,28.

A rentabilidade exigida foi de IPCA + 5,04 ou 9,83%. Considerando que se obteve uma rentabilidade de 15,08%, pode-se julgar um retorno de 153,39% da meta.

Sobre os parcelamentos, o quadro abaixo exemplifica a situação ordeira dos parcelamentos em 31/12/2023.

Parcelamento Acordo n°	Demonstrativo Saldo Principal			Demonstrativo Juros/Correção Previsto		
	A) Saldo Principal em 31/12/2022	B) Valor Recebido das Parcelas 2023	C) Saldo Principal em 31/12/2023 (A-B)	A) Juros/Correção Parcelas Recebidas em 12/2023	B) N° Parcelas Restantes em 31/12/2023	C) Saldo Juros/Correção Previsto em 31/12/2023 (Ax B)
0018/2005	247.308,84	82.436,28	164.872,56	40.954,02	24	982.896,48
0063/2008	3.319.290,72	1.521.341,58	1.797.949,14	169.720,61	39	6.619.103,79
0692/2013	202.819,36	19.627,68	183.191,68	3.322,37	112	372.105,44
0697/2013	311.696,32	30.164,16	281.532,16	5.105,89	112	571.859,68
1215/2013	117.020,04	11.324,52	105.695,52	1.916,90	112	214.692,80
0662/2018	622.103,35	622.103,35	-	-	0	-
0707/2018	241.373,90	241.373,90	-	-	0	-
0158/2021	3.427.838,73	1.111.731,48	2.316.107,25	38.821,48	25	970.537,00
0172/2021	180.895,22	58.668,72	122.226,50	2.048,70	25	51.217,50
	R\$ 8.670.346,48	R\$ 3.698.771,67	R\$ 4.971.574,81			R\$ 9.782.412,69

Em 31/12/2023			
Saldo Principal			R\$ 4.971.574,81
Saldo Juros/Correção Previsto			R\$ 9.782.412,69
Montante de créditos previdenciários a receber			R\$ 14.753.987,50

Partindo para as demonstrações contábeis, analisaremos o **Balanco Orçamentário**. Nota-se um déficit orçamentário na ordem de R\$ 8.226.209,67. Esse valor, segundo nossa constatação, é resultante da receita arrecadada em R\$ 61.088.983,76 contra uma despesa empenhada no valor de R\$ 69.315.193,43. Para o lado da despesa, identificamos que ela foi atualizada a fixação para R\$ 71.423.000,00, havendo saldo orçamentário no valor de R\$ 2.107.806,57.

Para a receita orçamentária, ela foi atualizada para R\$ 61.088.983,76. Dadas as diferenças entre receita e despesa orçamentárias, o déficit ficou constatado não só Balanco Orçamentário, mas evidenciado no Balanco Financeiro. Por ser uma peça contábil de planejamento e que apresenta como resultado a diferença do planejado para o executado, o ajuste tornou-se em déficit orçamentário.

O **Balanco Financeiro**, demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários, somados aos saldos de exercícios anteriores e demonstra o que se passa ao exercício seguinte. Está evidente também que os Restos a Pagar foram lançados na peça, para compensar o lado da despesa.

Expressivos são os aportes por insuficiências financeiras, contabilizados em R\$ 17.993.403,79, realizados durante o exercício de 2023. Em conjunto, o saldo de R\$ 521.430,54 da soma de Restos a Pagar assim classificados:

- a) Restos a Pagar Processados: R\$ 10.651,42
- b) Restos a Pagar não Processados: R\$ 510.779,12.

O Balanço financeiro totalizou R\$ 278.937.575,96.

Nesta peça, além de evidenciar o saldo para o exercício futuro, evidencia o total da despesa (aquela empenhada), dando base comparativa com o resultado apresentado no Balanço Orçamentário, somando-se os Restos a Pagar.

A partir de agora, passaremos por alguns pontos anotados do Balanço Patrimonial, em conjunto com as Variações Patrimoniais Quantitativas. Inicialmente, o Balanço Patrimonial é composto pelo Ativo (Bens e Direitos da entidade em ordem de liquidez), Passivo (Deveres em ordem de liquidez) e Patrimônio Líquido (Resíduo depois de deduzido o passivo do ativo).

Nessa peça consegue-se extrair informações importantes da quantidade e da qualidade da situação patrimonial, sendo dados importantes para a formulações de estratégias táticas e operações desde o longo atingindo também o curto prazo. De acordo com a Lei federal 4.320/64, estruturamos o Balanço Patrimonial em Ativo e Passivo

Financeiro; Ativo e Passivo Permanente; Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação (Contas que podem afetar o patrimônio). Revisado os conceitos, no Ativo Financeiro ou Ativo Circulante, temos os valores de R\$ 154.084.449,16 alocados em Investimentos e aplicações.

Partindo para uma menor liquidez encontramos valores em Curto e Longo Prazo de recebíveis. Os valores divididos entre os citados grupos são compostos por direitos a receber da Prefeitura Municipal advindas de parcelamentos de créditos previdenciários. De acordo com a relatório anexado, o saldo principal encontra-se em R\$ R\$ 4.971.574,81 e o montante de juros previsto no total de R\$ 14.753.987,50.

Sobre os Imobilizados o valor ficou registrado em R\$ 53.910,23, uma evolução de R\$ 364,59 em comparação com o exercício anterior.

Com valor de R\$ 144.538,74 em depreciação acumulada, a manutenção do Imobilizado é importante para que a depreciação não altere substancialmente os resultados patrimoniais.

Dos Passivos escritos, são correspondentes a obrigações de curto prazo que devem o recolhimento conforme especificado no citado documento. Para tanto, verificamos obrigações a pagar (Restos a Pagar Processados) na ordem de R\$ 12.370,21 e saldo suficiente registrado em caixa para a devida cobertura.

Já as provisões constituem valores do cálculo atuarial e estão na conta “Provisões a Longo Prazo”, na quantia de R\$ 166.563.748,21, resultante das atualizações das provisões matemáticas previdenciárias.

Analisando em conjunto com as Variações Patrimoniais, verificou-se superávit econômico de R\$ 1.595.639,28, já abatido o déficit do exercício anterior.

Sobre o Relatório Analítico dos Investimentos, especialmente relativa ao 4º trimestre de 2023, o enquadramento de que se trata a Resolução 4.695/18, especialmente de seus artigos dirigidos aos Fundo de Previdência Própria, a Renda Fixa possui o percentual de 65,82% da carteira, ou R\$ 100.971.309,78, distribuídos de acordo com os incisos e alíneas do artigo 7º da referida Resolução com retorno de 1,37%. Sobre a aplicação em renda variável, constatamos a distribuição auferida pelos artigos 8º, 9º e 10 sendo 27,91% da carteira com retorno de 4,83%. Sobre a aplicações no exterior, com aplicação de 6,27% da carteira, variou 3,29%. De forma geral os investimentos obtiveram retorno acumulado de 15,08%, tendo como comparativo o IPCA + 5,04% ao ano (total de 9,83%), superando em muito o benchmarking. Contudo, diante do cenário de incertezas econômicas, convêm atuar de acordo com o planejamento e o plano de estratégico para realizar lucros e cortar os resultados ruins, sempre com ênfase no princípio do custo de oportunidade.

Diante desses fatores, as demonstrações contábeis expõem conformidade com fatos e atos administrativos do exercício de 2023. Em razão da referida conformidade das demonstrações contábeis, este Conselho Fiscal expede o referido parecer, **SALVO MELHOR JUÍZO**. É este o Parecer. Itapira, aos 29 de abril de 2024.

Rhandara de Mello Fernandes - Presidente do Conselho Fiscal

Luis Alexandre Palomo - Relator do Conselho Fiscal

André Augusto Cavenaghi - Membro do Conselho Fiscal